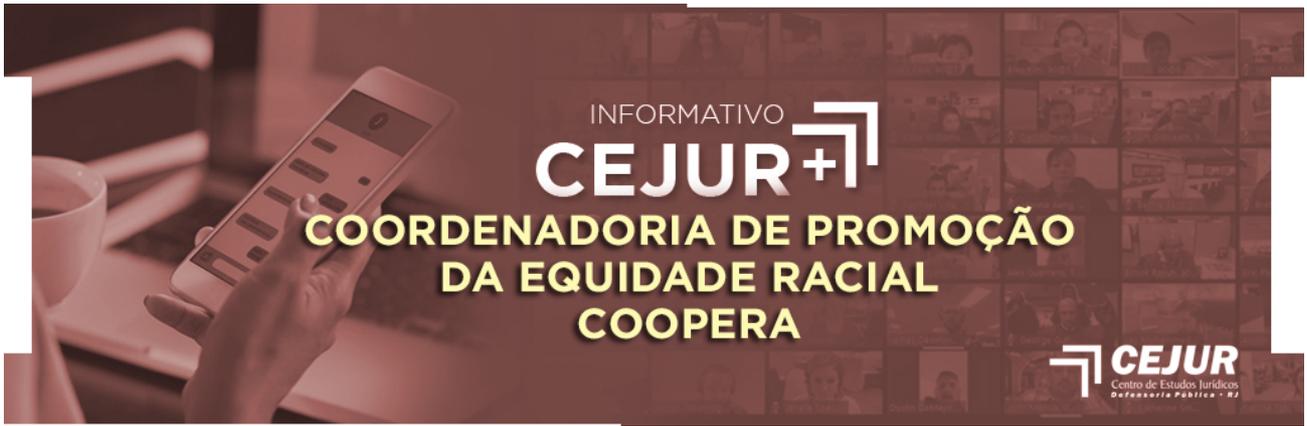


Problemas para visualizar a mensagem? [Acesse este link.](#)



Ano I | Nº. 45 | Quinta-feira, 1 de junho de 2023

Olá! É com enorme prazer que o Centro de Estudos Jurídicos e a Coordenadoria de Promoção da Equidade Racial apresentam o Boletim Informativo na versão Coordenações. Neste boletim vocês encontrarão rico material sobre as atividades e matérias que dizem respeito à promoção da equidade racial. Tanto o CEJUR quanto a COOPERA se colocam inteiramente à disposição, para debater sobre quaisquer dos assuntos aqui abordados, no Encontro Temático que será realizado na próxima semana no canal do Youtube da DPRJ. Uma boa leitura para todas e todos!

INTERNAS

Primeira ação “Defensoria em Ação nos Quilombos” é realizada em Búzios



O projeto “Defensoria Pública em Ação nos Quilombos” esteve presente, no dia 25 de março de 2023, na Escola Municipal Quilombola Professora Lydia Sherman, em Armação dos Búzios, na Região dos Lagos. A DPRJ prestou orientação jurídica em demandas de baixa complexidade, além de realizar atividades de educação em direitos, com rodas de conversa sobre temas sensíveis para a comunidade. A ação também contou com a participação da DPU, prestando orientação jurídica sobre benefícios assistenciais como BPC e LOAS. Também estiveram presentes na ação o Detran (para regularização de documentos pessoais) e o Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais (RCPN) da região para a emissão de certidões. O foco da ação social foram as pessoas moradoras das Comunidades Remanescentes de Quilombos da Região dos Lagos —

Quilombos da Rasa, Sobara, Maria Romana, Fazenda Espírito Santo, Preto Forro, São Jacinto, Baía Formosa, Botafogo e Botafogo Caveira. Veja mais detalhes sobre a ação [aqui!](#)

DPRJ recebe Comissão de juristas criada pela Câmara dos Deputados para propor mudanças na legislação de combate ao racismo em evento comemorativo ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial

No dia 24/03/23 foi realizado o evento comemorativo ao Dia Internacional de Combate à Discriminação Racial, celebrado no dia 21 de março. O evento, promovido pela COOPERA e pelo CEJUR, ocorreu na sede administrativa da DPRJ e recebeu integrantes da comissão de juristas, criada pela Câmara dos Deputados, para propor mudanças na legislação para o combate ao racismo estrutural nas instituições públicas e privadas. Criado em dezembro de 2020, o grupo foi presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Benedito Gonçalves. O relatório final, apresentado em novembro de 2021, foi objeto do debate, que contou com a presença do Ministro Benedito Gonçalves e da(o)s integrantes da Comissão de juristas: a procuradora do Ministério Público do Trabalho (MPT), Elisane Santos, e o advogado criminalista Cleifson Dias. Leia mais [aqui!](#) Assista [aqui](#) ao evento!



ACONTECEU

CNJ edita Resolução 490 de 2023 e convoca tribunais a aderirem ao Pacto Nacional pela Equidade Racial

O Conselho Nacional de Justiça, através da Resolução n. 490, de 8 de março de 2023, instituiu o Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer), destinado a elaborar estudos e propor medidas para o aperfeiçoamento do sistema judicial quanto ao tema. Segundo informações veiculadas no site do CNJ, o fortalecimento da cultura pela equidade racial no Poder Judiciário é um dos objetivos do Pacto Nacional pela Equidade Racial. A medida já conta com a adesão de 63% dos Tribunais Superiores, 51% dos Tribunais de Justiça e 83% da Justiça Federal. Lançada em novembro de 2022, a iniciativa prevê a realização de programas, projetos e medidas a serem desenvolvidos em todos os segmentos da Justiça e em todos os graus de jurisdição.” Veja [aqui](#) mais informações! Confira [aqui](#) a Resolução n. 490!

JURISPRUDÊNCIA**DPRJ, através da Coordenação de Promoção da Equidade Racial, atua na qualidade de amicus curiae no HC nº 208.240 perante o Supremo Tribunal Federal que tem como tema “Perfilamento racial na abordagem policial”**

A Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, por meio da Coordenação de Promoção da Equidade Racial (COOPERA), ingressou como amicus curiae no Habeas Corpus nº 208.240 que tramita no Supremo Tribunal Federal para se manifestar e levar a visão institucional ao debate. De acordo com a petição de ingresso no feito na qualidade de amicus curiae, a DPRJ afirma que há em discussão nos autos os contornos jurídicos da categoria FUNDADA SUSPEITA e o impacto de sua aplicação prática sobre a população negra brasileira. Dessa forma, para pluralizar o debate em pauta, a instituição visa demonstrar que o referido instituto não pode ser preenchido a partir da pertença racial da pessoa sujeita à abordagem policial, sob pena da ampla chancela a práticas policiais institucionalmente racistas e da sistemática violação de direitos fundamentais de cidadãos e cidadãos negros diuturnamente. Acompanhe [aqui](#) o andamento desse importante Habeas Corpus.

DOCTRINA**Defensora Pública Lívia Casseres publica artigo apontando a importância da figura da assistência jurídica à vítima de crimes raciais**

Em texto publicado na Carta Capital, a Defensora Pública Lívia Casseres, atualmente cedida ao Ministério da Justiça para exercer as funções de coordenadora-geral de projetos especiais sobre drogas e justiça racial da Senad, aponta: “A garantia de assistência jurídica à vítima de crime racial é a grande ferramenta capaz de atacar as barreiras do racismo institucional, seja na fase de investigação, seja no curso do processo penal, por meio do questionamento de estereótipos raciais...” [Leia mais](#)

STF publica Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática sobre o tema Consciência Negra

A Secretaria de Altos Estudos, Pesquisas e Gestão da Informação do Supremo Tribunal Federal elaborou a Bibliografia, Legislação e Jurisprudência Temática sobre o tema Consciência Negra, em homenagem ao 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra. A obra, separada em 4 seções, traz elementos doutrinários, legislativos e jurisprudenciais sobre a temática racial. Acesse [aqui](#).

RELATÓRIOS**Grupo GEMAA publica Relatório Desigualdades Raciais 2022**

O Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa (GEMAA) publicou, em dezembro de 2022, o “Relatório Desigualdades Raciais 2022” que tem por objetivo fornecer uma descrição geral e sintética sobre a evolução das desigualdades raciais, de renda e gênero no Brasil. De acordo com a introdução do relatório, para a elaboração do estudo, foram utilizadas principalmente as pesquisas domiciliares do IBGE, cobrindo o período de 1987 (ano no qual o quesito cor/raça passou a fazer parte sistemática dos inquéritos) até 2022 (ponto mais recente dos dados). As transformações recentes das desigualdades tiveram como foco quatro temas: (1) as mudanças na composição e auto-classificação racial, (2) desigualdades de oportunidades e resultados educacionais, (3) desigualdades no mercado de trabalho e (4) desigualdades de renda. Acesse [aqui](#) este importante relatório.



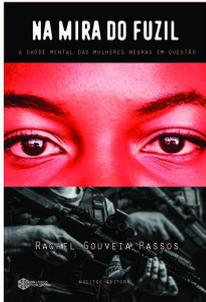
CESEC lança Relatório Pele alvo: a cor que a polícia apaga

Lançado o relatório “Pele alvo: a cor que a polícia apaga” pelo Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESEC) em novembro de 2022. Foram apresentados no material dados sobre mortes decorrentes de ação policial em sete estados brasileiros: Bahia, Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo a partir de informações das próprias polícias. Os dados são alarmantes e mostram que no Rio de Janeiro e na Bahia as polícias mataram mais de 1.000 pessoas em apenas um ano. Além dos números de mortes decorrentes de ação policial, impressiona a distribuição de cor dessas mortes, o que demonstra o racismo institucional perpetuado nas agências de polícias. De acordo com o relatório, em todos os estados a proporção de pessoas negras mortas pela polícia é maior do que a presença de negros nas polícias. Acesse [aqui](#) o relatório.



INDICAÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

“Na mira do fuzil: a saúde mental das mulheres negras em questão” por Rachel Gouveia Passos



A obra, de autoria de Rachel Gouveia Passos, realoca para o centro do debate da Saúde Mental, da Criminologia e dos Direitos Humanos a saúde mental das mulheres negras. Buscou-se tecer uma análise teórica e prática que tenha como base o pensamento decolonial, antirracista e antimanicomial. Dessa maneira, objetivou-se apresentar a produção do sofrimento e do adoecimento psíquico materializada nos modos de vida e processos de subjetivação das mulheres negras brasileiras, a partir das experiências de mães de vítimas de violência armada. O livro pretende proporcionar inquietações e contribuições demonstrando que a aniquilação da população negra atravessa todas as dimensões da vida social, colocando em destaque a saúde mental, sendo necessário fortalecer a luta antimanicomial para que seja radicalmente antirracista, decolonial e feminista e, assim, se afirme a liberdade, a emancipação e os direitos humanos.



ESPAÇO CULTURAL

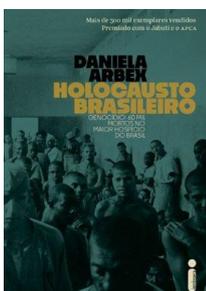
Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV Direito SP lança podcast “Justiça em Preto e Branco”



NJRD →

Foi lançado, pelo Núcleo de Justiça Racial e Direito da FGV Direito SP, um podcast denominado “Justiça em Preto e Branco” que aborda a violência racial no Brasil através do relato de diversos homicídios de pessoas negras praticados por agentes de segurança pública. Vale a pena conferir, acesse [aqui!](#)

DOCUMENTÁRIO “HOLOCAUSTO BRASILEIRO”



O dia 18 de maio é conhecido como o dia nacional da luta antimanicomial e o tema guarda profunda relação com a política eugenista e higienista do Estado brasileiro para operar a necropolítica contra corpos negros, principalmente no pós-abolição da escravatura. A produção é uma adaptação do livro homônimo escrito pela jornalista Daniela Arbex, vencedora do prêmio Jabuti na categoria melhor livro-reportagem em 2016. O documentário, com roteiro e direção da jornalista, retrata a história de alguns dos 60 mil internos que eram mantidos em condições subumanas no Hospital Colônia (Centro Hospitalar Psiquiátrico de Barbacena) na cidade de Barbacena (MG).

Foram, aproximadamente, 8 décadas, com início no ano de 1903, de graves violações de direitos humanos, onde pacientes eram submetidos ao frio, à fome e a uma infinidade de doenças. Sem dúvidas, era um projeto genocida.

É importante ressaltar que a reforma psiquiátrica teve início nos anos 80 e ainda hoje não foi completada. É uma luta constante, apesar de avanços no campo legislativo, com a promulgação de leis como as Leis Federais 8.080/1990, 8.142/90 e a Lei Paulo Delgado (10.216/2001), sem racializar efetivamente o debate, os avanços serão pouco eficazes para as principais vítimas: a população negra. <https://www.youtube.com/watch?v=jlentTu8nc4>

"CIRCUITO HISTÓRICO DE HERANÇA AFRICANA"



O Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN) realiza o circuito histórico da região conhecida como "Pequena África", na zona portuária do Rio de Janeiro. A visita acompanhada por guias voluntários, com certificação oficial no Cadastur, região da Gamboa, é conhecida como "Circuito de Herança Africana" e tem o propósito de divulgar a história da população negra que passou por essa parte da cidade. O trajeto possui cerca de dois quilômetros e é percorrido, em média, em duas horas. Para mais informações, acesse [aqui](#) o site do IPN.

Programa de Educação Continuada

Atenção aos cursos disponíveis em nossa plataforma para todas as pessoas que integram a DPRJ. Acesse pelos links indicados abaixo. E para conferir todo o conteúdo da plataforma clique em www.pec.defensoria.rj.def.br.



Evento Elemento Suspeito na Perspectiva do Racismo Estrutural: assista [aqui](#) o evento "Elemento Suspeito na Perspectiva do Racismo Estrutural", realizado em 27/05/2023, pela Coordenação de Promoção da Equidade Racial em parceria com a Coordenação de Defesa Criminal.



Formação em relações étnico-raciais: o curso, composto por 4 aulas, ministrado pela professora Ana Carolina Mattoso, mestre e doutoranda em Teoria do Estado e Direito Constitucional, ajudará a compreender melhor como funcionam as dinâmicas raciais e como o racismo opera em suas diversas dimensões. Participe! Para acessar, clique [aqui](#).



Capacitação Verde - Preenchimento do quesito raça-cor: temos uma capacitação de apenas 1 hora sobre diretrizes técnicas para o preenchimento do quesito raça/cor. Acesse [aqui](#).



Capacitação - atendimento com atenção às questões raciais: a Coordenadora da COOPERA, Daniele da Silva de Magalhães, ministrou uma aula orientando como deve ser o atendimento aos/às usuários/as da DPRJ com atenção às questões raciais. A aula faz parte de uma capacitação voltada ao atendimento a grupos em situação de vulnerabilidade. Para assistir clique [aqui](#).



Curso Luiz Gama (1830-1882): história, cidadania e direito: o curso, ministrado pelo professor Doutor Bruno Rodrigues de Lima, pesquisador de pós-doutorado do Instituto Max Planck de História do Direito e Teoria do Direito, aborda a vida e a obra de Luiz Gama e sua fundamental relação com o Direito. Acesse [aqui](#).

Colabore com o "CEJUR + COORDENAÇÕES TEMÁTICAS"

Para colaborar com o nosso informativo envie críticas, sugestões e conteúdos para secjur@defensoria.rj.def.br

Muito importante sua participação!